

Os membros do CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - Anatel, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 8º, §1º e 22, inciso V da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações – LGT, e considerando: (i) o Comunicado ao Mercado da Oi S.A. – Em recuperação judicial, de 4 de novembro de 2017, no qual se informa oficialmente a aprovação, por maioria de votos do Conselho de Administração da Companhia, de proposta de apoio ao plano de recuperação judicial (*Plan Support Agreement* - “*PSA*”), instrumento negocial, com natureza de pré-contrato, de conteúdo vinculante para a empresa relativamente a obrigações de caráter pecuniário; (ii) que o *PSA*, cujos exatos termos não são plenamente conhecidos, tem sido objeto de debates em várias reuniões do Conselho de Administração da Companhia e que a sua Diretoria manifesta reiteradamente sua discordância quanto a aspectos que configuram eventual prática de atos ruinosos à empresa e à concessão; (iii) a possibilidade de efetiva introdução de riscos operacionais à Companhia na hipótese de assinatura de *PSA*, especialmente em razão da anunciada existência de obrigações pecuniárias que, uma vez executadas, poderiam afetar a operação da empresa e da concessão, além de trazer impactos aos consumidores, à prestação dos serviços e, em caráter relacional, a todo o Sistema Brasileiro de Telecomunicações; (iv) que existiriam elementos no *PSA* aprovado que podem ser considerados, ainda que potencialmente, como uma ameaça de violação de direitos fiduciários, capaz de trazer consequências ruinosas à Companhia; (v) que a minuta de *PSA*, cujo ato de aprovação foi divulgado por meio de Comunicação ao Mercado, de 4 de novembro de 2017, não foi apresentada formalmente à Anatel, o que implica não ter a Agência o conhecimento bastante e suficiente sobre seu impacto nas condições operacionais da Companhia; (vi) os atos de acompanhamento econômico-financeiro de todas as concessionárias do setor de telecomunicações e das concessionárias do Grupo Oi, em particular, por meio dos Relatórios de Análise Econômico-Financeira – RAEC anuais, bem como de acompanhamentos mensais de fiscalização; (vii) que a Companhia, na reunião de 3 de novembro de 2017, deliberou pela alteração da sua diretoria estatutária, aprovando o nome dos conselheiros Senhor Hélio Calixto da Costa, vinculado ao acionista Sociétés Mondiale, e Senhor João Vicente Ribeiro, vinculado ao acionista Pharol, os quais se têm mostrado favoráveis à assinatura do *PSA* aprovado, o que se infere por atos formais e por declarações públicas; (viii) que, para a assinatura de um *PSA*, são suficientes 2 (dois) diretores estatutários, nos termos do art. 38 do Estatuto Social da Oi S.A., e que, portanto, a assinatura da minuta de *PSA* aprovada se torna iminente; (ix) as atribuições legais da Agência, que é curadora do interesse público no setor de telecomunicações; (ix) a necessidade de preservação do interesse público, dada a existência de eventual risco à continuidade dos serviços da Companhia, o que afetaria significativa parcela da população brasileira; (x) a necessidade de adoção de medida temporária, capaz de garantir, ainda que precariamente, a adequada administração da Companhia; (xi) as modernas técnicas de controle e governança societários, que se caracterizam pela interferência proporcional e tópica nos atos das companhias e que hoje são praticadas pelas principais agências reguladoras no mundo; (xii) a decisão contida no Despacho Decisório nº 17/2016/SEI/CPOE/SCP, de 08 de novembro de 2016, mantida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Acórdão nº 3, de 06 de janeiro de 2017, que determinou à Oi S.A. - Em Recuperação

Judicial que notificasse a Superintendência de Competição, na mesma data na qual houvesse a convocação de seu Conselho de Administração, para, em querendo, encaminhar representante para acompanhar a referida Reunião; (xiii) que estão presentes os requisitos necessários para a adoção de Medida Cautelar, o *fumus boni iures* e o *periculum in mora*; (xiv) o teor da Análise nº 144/2017/SEI/LM (SEI número 2067165), de 05 de novembro de 2017; e, (xv) o constante dos autos do processo nº 53500.079393/2017-66, **ACORDAM, por unanimidade**, determinar cautelarmente à Oi S.A. - Em Recuperação Judicial que: a) adicionalmente à determinação contida no item 4 do Despacho Decisório nº 17/2016/SEI/CPOE/SCP, de 08 de novembro de 2016, seja notificada a Superintendência de Competição, na mesma data em que houver convocação de todas as Reuniões de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva da Companhia, para, em querendo, encaminhe representante para acompanhar a referida reunião. Ao representante da Anatel deve ser franqueado acesso a documentos, informações contábeis, jurídicas, econômico-financeiras e operacionais da companhia, para que possa informar imediatamente ao Conselho Diretor da Anatel sobre quaisquer atos ou fatos relevantes para a manutenção da concessão e a observância dos deveres fiduciários por parte dos dirigentes da empresa, bem como possa sugerir ao Conselho Diretor da Anatel a tomada de medidas cautelares a bem do interesse público e para se evitar atos ruinosos à Companhia; b) apresente formalmente ao Conselho Diretor da Anatel pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Oi S.A. – em Recuperação Judicial - a minuta de PSA aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 3 de novembro de 2017, demonstrando cabalmente que a aprovação e a execução do instrumento não oferecem riscos à continuidade dos diversos serviços oferecidos pela Companhia, devendo fazê-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação desta medida cautelar, que se dará na pessoa do presidente do Conselho de Administração da Companhia, pelo meio mais expedito, sem prejuízo de posterior comunicação postal com aviso de recebimento; e, c) abstenha-se de assinar o PSA, antes da apreciação da minuta pelo Conselho Diretor da Anatel, exame este que preservará a autonomia governativa da empresa e que se dará exclusivamente quanto à existência ou não de cláusulas ruinosas à companhia, particularmente aquelas cujo conteúdo implique antecipação de obrigações pecuniárias que, uma vez executadas, possam afetar a operação da empresa e da concessão, além de trazer impactos aos consumidores, à prestação dos serviços e, em caráter relacional, à todo o Sistema Brasileiro de Telecomunicações.

Este Acórdão produzirá efeitos na data da notificação, por qualquer meio, desta medida cautelar, na pessoa do presidente do Conselho de Administração da Companhia, sem prejuízo da publicação do extrato do Ato no Diário Oficial da União.

Dar-se-á ciência deste Acórdão MM. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, por meio de petição nos autos do Processo nº 0203711 – 65.2016.8.19.0001, e à Exma. Sra. Advogada-Geral da União, coordenadora do grupo de trabalho presidencial designado para acompanhar e propor soluções à recuperação judicial da Oi. S.A, e ao Exmo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Otavio Luiz Rodrigues Junior, Anibal Diniz e Leonardo Euler de Moraes.